

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2023

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º semestre, findo em 30 de junho de 2023.

1 - A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2 - DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 - Prospecção e Oportunidades de Negócios

Sendo uma das portas de entrada para o acesso ao crédito, a prospecção tem atuado fortemente junto a classe empreendedora do estado, tornando a concessão de crédito uma realidade aos empreendedores tocantinenses. Neste semestre ampliamos o atendimento das regiões de Palmas, Araguaína e Gurupi. Além do atendimento presencial, os empreendedores contam também com atendimento através do site da Fomento, com disponibilidade de linhas on-line para o valor de até R\$ 30 mil, correspondentes bancários, entre outros.

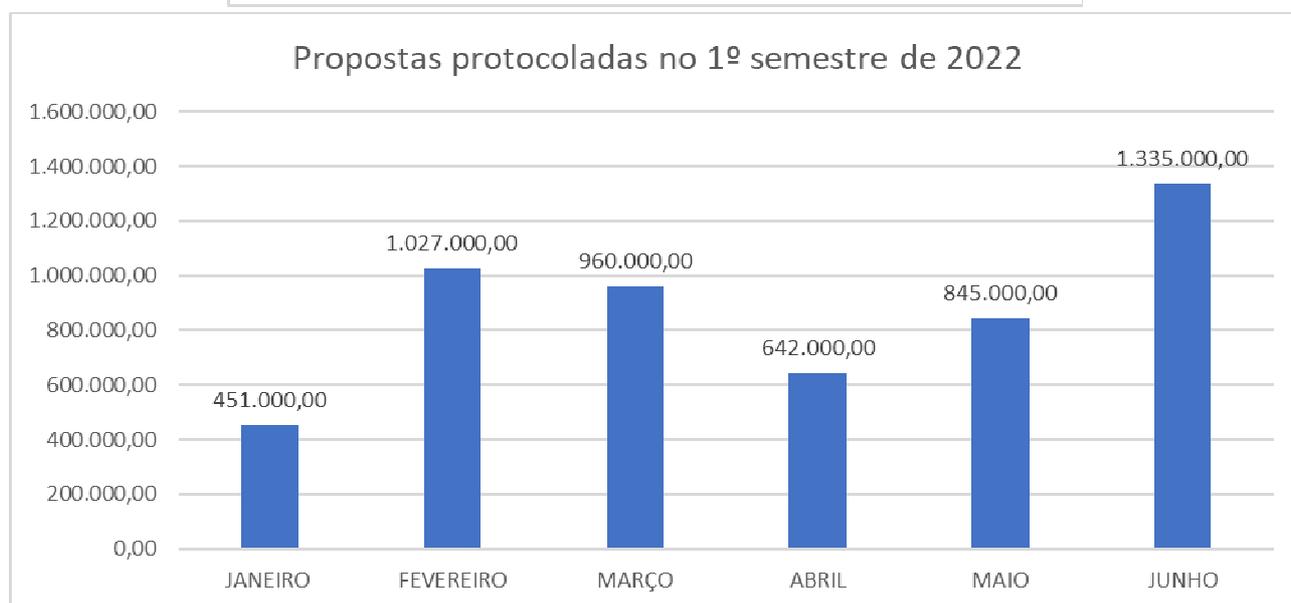
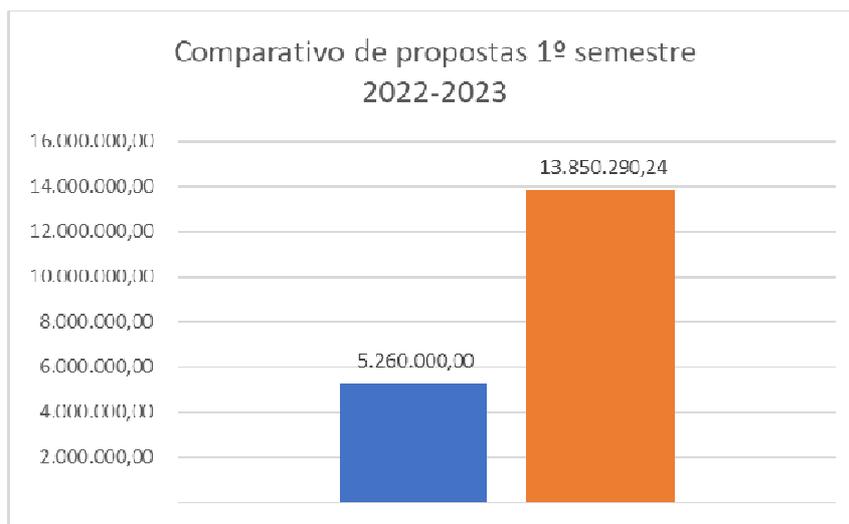
As ações realizadas estrategicamente contemplam os bons resultados que a Agência de Fomento tem alcançado. Neste trimestre podemos destacar:

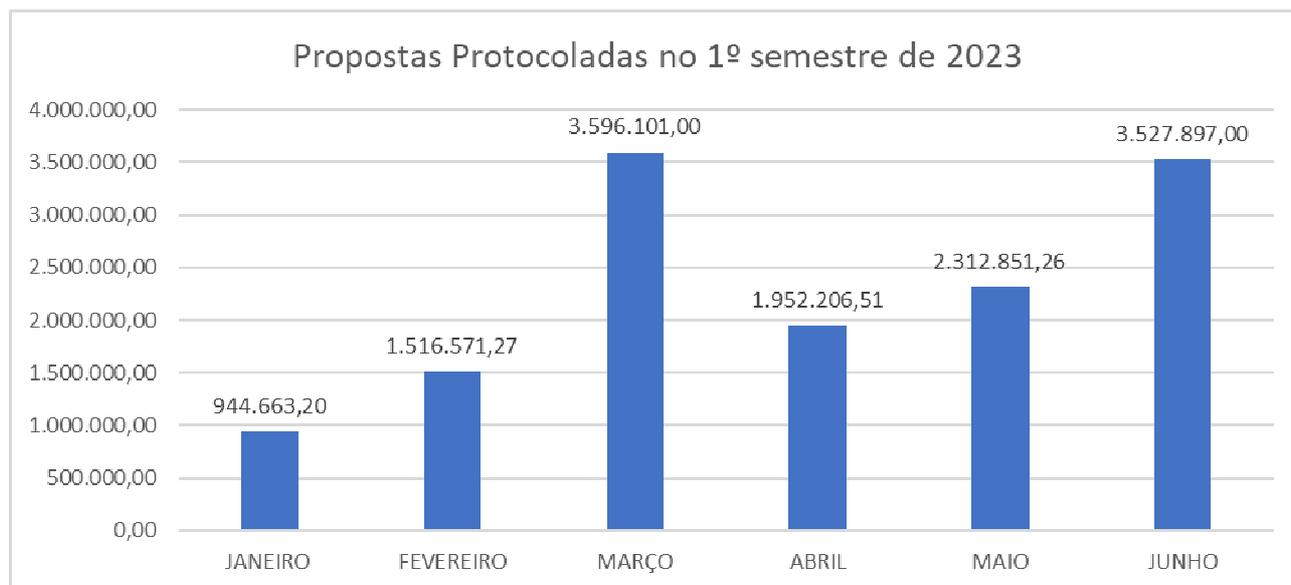
- Programa Fomento Presente - programa de gestão nos municípios que tem como objetivo levar atendimento a todos os municípios do Estado, entre janeiro e março foram atendidas as cidades de: Araguaína (ação de alavancagem de crédito), Aparecida do Rio Negro, Colinas, Guaraí, Pedro Afonso, Augustinópolis, Araguatins, Praia Norte, Almas Gurupi e Nova Olinda;
- Lançamento da linha de crédito “Fomento Solar”, destinado a financiar projetos de energia solar, visando atender o setor de turismo, através de recursos do Fungetur – Fundo Geral do Turismo;
- Lançamento do Programa “Crédito Acessível” – contempla a equalização de taxa de juros a 1,5% ao mês. Oportunizando a tomada de créditos empreendedores tocantinenses, com taxas de juros mais acessíveis, maiores prazos para pagamento e de carência;
- Lançamento de edital para credenciamento de correspondente bancários. O objetivo é disponibilizar aos moradores dos municípios do interior do Tocantins – de forma mais acessível e descomplicada as linhas de crédito oferecidas pela Agência de Fomento;

- Participação na Feira AGROSUDESTE na cidade de Almas-TO – Período de 12 a 15 de abril de 2023. Foi disponibilizado recursos do FDES-TO (crédito popular e para agricultura familiar) para os empreendedores comprarem seus equipamentos junto aos fornecedores expositores e a novidade deixou tanto o cliente como o fornecedor bem satisfeitos com a liberação do crédito realizada na hora. Ação resultou na liberação de 08 operações no valor total de R\$ 80.000,00;
- Participação na Feira Época em Araguaína – Período de 11 a 19 de abril;
- No mês de maio em comemoração ao dia das mães, foi disponibilizado linhas de crédito com limite de até R\$ 100 mil, com taxa de juros equalizada de 1,50%a.m para as empreendedoras, reconhecendo o papel fundamental que a mulher representa para economia do estado;
- A Agência marcou presença na maior feira agro tecnológica do norte do Brasil, a Agrotins. Foi disponibilizado linhas de crédito para que o pequeno produtor pudesse adquirir equipamento com liberação do recurso na hora. Mais uma conquista para Agência de Fomento e para o cliente que teve sua demanda atendida rapidamente. Ação resultou na liberação de 33 operações de crédito no valor total de R\$ 1.000.000,00, contemplando a agricultura familiar e a piscicultura;
- No dia 25/05/2023 foram realizados atendimentos na sede da Polícia Comunitária da quadra 906 Sul para os empreendedores da região;
- Participação na semana do MEI, em parceria com o Sebrae/TO, nos dias 22 a 26/05/2023, levando atendimento nas cidades de Colinas, Guaraí, Pedro Afonso, Itacajá e Nova Olinda. A ação resultou no montante de R\$ 116.000,00 em liberações de créditos;
- Participação no II Seminário de empreendedorismo rural em 02/06/2023. O Agro e o crédito rural foram temas de debates durante o encontro, que foi extremamente positivo para os produtores locais;
- A equipe da Agência de Fomento esteve em Natividade no dia 06/06/2023, apresentando aos produtores locais as linhas de crédito para Agricultura Familiar e Piscicultura. Uma ótima oportunidade para bons negócios;
- Nos dias 15 e 16/06/2023 a equipe esteve presente na Feira Agropecuária de Marianópolis, em parceria com o Senar. Levando crédito para a "Agricultura Familiar";
- Participação na 16ª Feira da Soja, em Campos Lindos no dia 21/06/2023. Na oportunidade foi realizada palestra com explanação das linhas de crédito disponível para os segmentos.

No primeiro semestre de 2023 foram protocolados em propostas de crédito um montante de R\$ 13.850.290,24. Este valor corresponde ao montante bruto captado, onde passará pelo ciclo da análise de crédito e demais deliberações.

As propostas de crédito com apresentação de garantias reais (imóvel ou veículo) são protocoladas primeiramente no setor jurídico para emissão de parecer quanto a garantia e posteriormente encaminhadas para análise de crédito.





No primeiro semestre foram atendidos com aberturas de processo de crédito 39 Municípios sendo eles: Formoso do Araguaia, Porto Nacional, Palmas, Araguaína, Gurupi, Babaçulândia, Santa Fé do Araguaia, Itaguatins, Augustinópolis, Araguatins, Monte do Carmo, Marianópolis, Cachoeirinha, Carri do Tocantins, Nova Olinda, Colinas, Arguanópolis, Pedro Afonso, Pium, Miranorte, Itacajá, Mateiro, Guaraí, Pindorama, Pau Darco, Bom Jesus do Tocantins, Divinópolis, Santa Terezinha do Tocantins, Lagoa da Confusão, Crixás do Tocantins, Colmeia, Chapada da Natividade, Carmolândia, São Felix do Tocantins, Goianorte, Natividade, Brejinho de Nazaré, Aparecida do Rio Negro e Itaporã.

2.2 Gestão de Crédito

No primeiro semestre de 2023 foram liberados 203 contratos das linhas próprias que somaram R\$ 5.726.245,60, Tendo ticket médio de valor R\$ 37.252,24 por cliente, com prazo médio 38 meses.

Nas linhas Fungetur foram liberados 18 contratos que somaram R\$ 1.850.712,29. Tendo ticket médio de valor R\$ 102.817,34 por cliente, com prazo médio 57 meses.

Comparando com o 1º semestre de 2022 ficou R\$ 4.724.971,20 maior ao registrado de anteriormente de R\$ 2.898.044,40. Tendo ticket médio de valor R\$ 38.175,97 por cliente, com prazo médio 43 meses.

Liberação FDES

Neste 1º semestre de 2023 foram liberados 4 contratos na linha psicultura no valor de R\$ 932.744,65, com ticket médio R\$ 233.186,16. Com prazo médio de 5,5 ano.

Nas demais linhas foram liberados 319 contratos no valor de R\$ 2.388.740,40 com ticket médio de R\$ 7.488,31. Com prazo médio de 30 meses.

Em comparação ao valor liberado no 2º semestre de 2022 de R\$ 788.200,00, ficando superior em R\$ 2.533.285,00.

Recurso Próprio	Quantidade: 203	Valor: R\$ 5.726.245,60
Fungetur	Quantidade: 18	Valor: R\$ 1.850.712,29
FDES	Quantidade: 323	Valor: R\$ 3.321.485,56

Garantias/Recurso Próprio e Fungetur

Destes 221 contratos, 41 foram com garantia real de imóveis ou veículo, no valor total de R\$ 6.255.2013,50. Tendo 140 com garantia de Aval FAMPE, restante com garantia de aval.

Carteira de Crédito:

A carteira de crédito está composta com 1.115 contratos ativos com data base de 30/06/2023.

Metodologia de cobrança:

Atraso de 01 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Atraso de 60 a 90 dias	Atraso superior a 90 dias
Envio de mensagem de aviso de parcela vencido e ligação telefônica.	Envio de mensagem informando que será negativado nos órgãos de proteção ao crédito caso não pague dentro de cinco dias.	Ligação de cobrança Envio de mensagem informando que será encaminhado para execução.	Cliente encaminhado para protesto e Execução Judicial.

Inadimplência:

Os clientes inadimplentes com atrasos até 60 dias ficarão em R\$ 531.973,50, de 60 a 90 dias de atraso R\$ 123.256,18 e superior a 90 dias R\$ 309.037,89.

O índice de inadimplência superior a 90 dias de atraso foi registrado neste semestre o percentual de 1,65%. Havendo uma redução significativa considerando que o índice registrado no 1º semestre de 2022 foi 2,18%. Portanto fica explícito a correta aplicação da régua de cobrança, como também a agilidade em contactar os devedores.

Recebimentos:

Neste 1º semestre de 2023, tínhamos uma previsão de recebimento de parcela (adimplente) no valor de R\$ 5.534.179,00.

Recebemos o montante de R\$ 5.549.806,90, destes, o valor de R\$ 3.088.805,21 foi recebido com vencimento dentro dos meses, e R\$ 2.461.001,70 foram de parcelas vencidas de meses anteriores, saldo positivo para Instituição que vem recebendo valores considerado de parcelas inadimplentes.

Processo encaminhado para Gerência Jurídica

Foram encaminhados para o departamento jurídico afim de promover execução judicial de crédito inadimplentes 86 processos.

Nas linhas do FDES foram encaminhados 63 contratos para gerencia jurídica executar.

Baixados em Prejuízo:

Carteira de inadimplente superior a 365 dias de atraso ficou em R\$ 774.175,89 superior ao registrado no 1º semestre de 2022 de 513.546,55. Esse aumento se dá principalmente pelo contrato 16009744 no valor R\$ 224.938,92 da linha fungetur que não conseguiu manter a adimplência e foi baixado como prejuízo.

Recuperação

Prejuízo:

Dos créditos baixados em prejuízo foram recuperados R\$ 313.249,17, neste semestre, ficando superior em R\$ 205.670,25 em relação ao recuperado no mesmo período do ano anterior de R\$ 107.578,92. Esta recuperação tem contribuído positivamente para o resultado financeiro da Instituição.

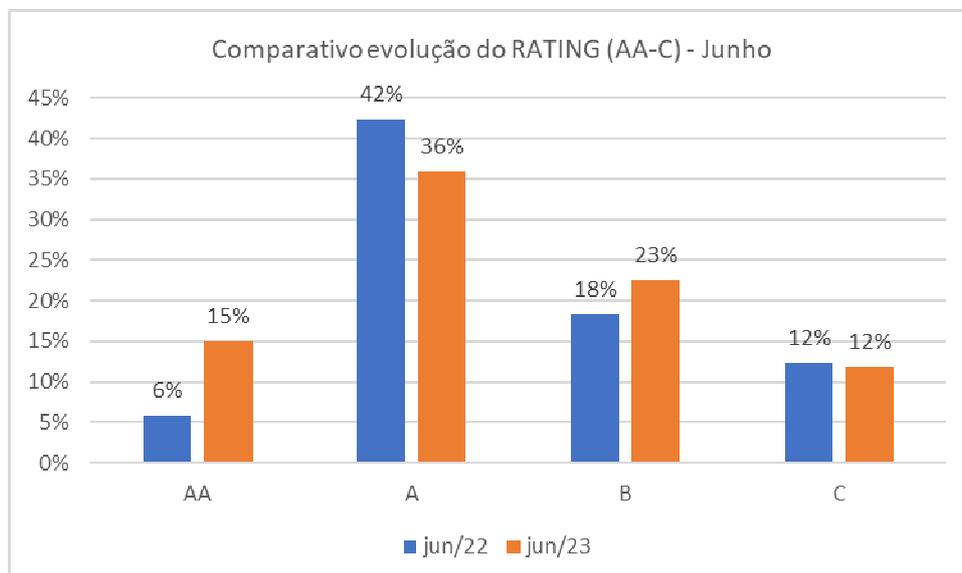
Renegociação:

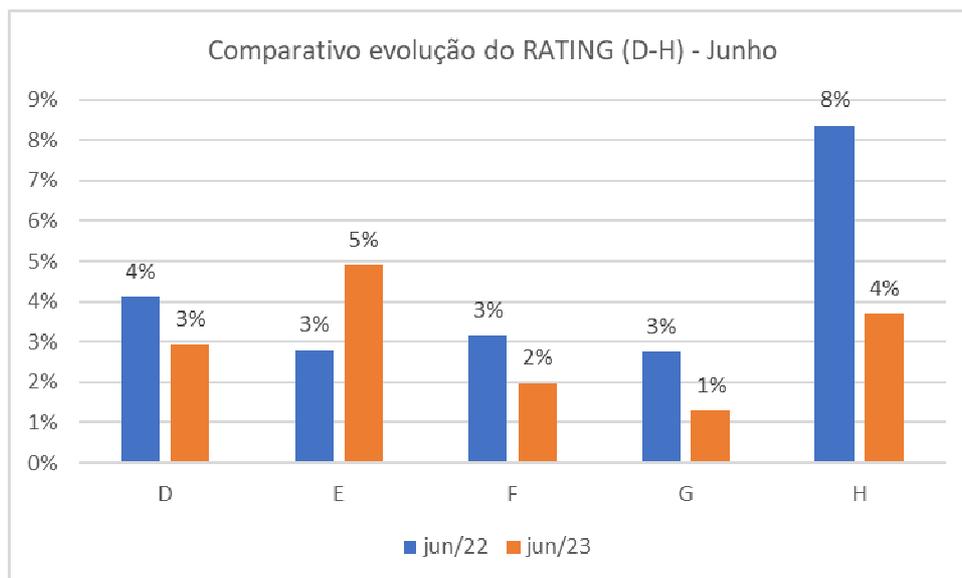
Foram renegociados 22 créditos neste período perfazendo o valor de R\$ 1.699.802,94, sendo maior do que o registrado no 1º semestre de 2022 de R\$ 649.200,71. Esses créditos estavam inadimplentes e com a renegociação e concedido uma nova oportunidade de se tornarem adimplentes como também a boa saúde da carteira de credito desta Instituição.

2.3 Rating das Operações de Crédito

Qualidade da Carteira de Crédito

O monitoramento da qualidade da carteira é realizado para identificar possível deterioração do perfil da carteira, sendo consideradas operações de menor risco as classificadas entre AA-B.





O semestre de 2023 finalizou com maior carteira ativa nos ratings entre AA e B, sendo positivo para Fomento, uma vez que reduz o provisionamento. Quanto a carteira ativa com rating entre D e H, que refere-se aos clientes inadimplentes, continua sendo uma minoria em relação a carteira total.

Classificação de Risco da Carteira de Operações de Crédito

A classificação da carteira de crédito da Agência por níveis de risco e quantidade de operações fechada (ativas) no mês de junho/2023:

NÍVEL DE RISCO	JUNHO/2023		
	CONTRATOS	VALOR DA CARTEIRA	VALOR DA PROVISÃO
AA	185	3.264.686,78	-
A	523	7.814.819,62	39.074,02
B	102	4.912.547,11	49.125,57
C	116	2.562.072,31	76.862,27
D	43	639.367,32	63.937,10
E	32	1.068.611,37	320.583,50
F	23	430.765,92	215.384,00
G	26	283.274,26	198.292,31
H	65	805.117,69	805.117,69
TOTAL	1115	21.781.262,38	1.768.376,46

Conforme em exercícios anteriores a carteira de crédito da agência tem uma maior concentração entre os níveis de risco AA, A, B e C, que tem um menor risco de crédito e uma observação que a maioria dos contratos está em Rating A.

Se comparamos 2023 e 2022 notamos que os classificados em Rating H houve uma redução de R\$ 1.492.700,17 para R\$ 805.117,69 uma redução de R\$ 687.582,48 fator importante pois em outros relatórios já havíamos atentando sobre esses valores em H que impactam diretamente no resultado da instituição.

Por outro lado importante, atentar aos 32 contratos que estão classificados em Rating E, pois, soma um valor significativo de R\$ 1.068.611,37 e que podem a vim causar maiores impactos no provisionamento.

JUNHO/2022			
NÍVEL DE RISCO	CONTRATOS	VALOR DA CARTEIRA	VALOR DA PROVISÃO
AA	79	1.048.672,07	-
A	499	7.564.067,43	37.820,34
B	52	3.245.834,75	32.458,35
C	88	2.198.579,14	65.957,37
D	46	731.894,92	73.189,49
E	34	498.264,01	149.479,20
F	25	564.905,57	282.452,78
G	32	489.670,73	342.769,51
H	74	1.492.700,17	1.492.700,17
TOTAL	622	17.834.588,79	2.476.827,21

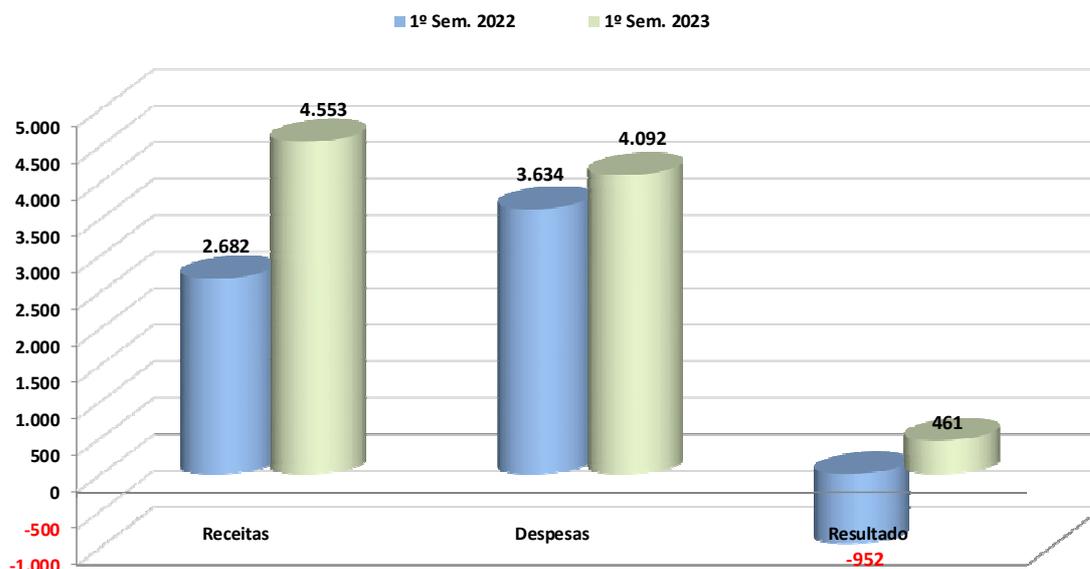
3- DESEMPENHO CONTÁBIL E ECONÔMICO - FINANCEIRO

Finalizamos o primeiro semestre com lucro de R\$ 461 (mil), as receitas totalizaram R\$ 4.553 (milhões), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas R\$ 4.092 (milhões), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa e despesa de obrigação por empréstimo e repasses.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 1.219 (milhões).

Sendo aplicadas em Fundos de investimento de renda fixa (Fundo BB RF Simples Solidez Diferenciado FIC FI e BB RF Simples Solidez Pleno FIC com saldo de R\$ 6.010 milhões) e Letras Financeiras do Tesouro, correspondente a 835 títulos ajustado pelo índice SELIC, com saldo de R\$ 11.225 (milhões)

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ Mil)

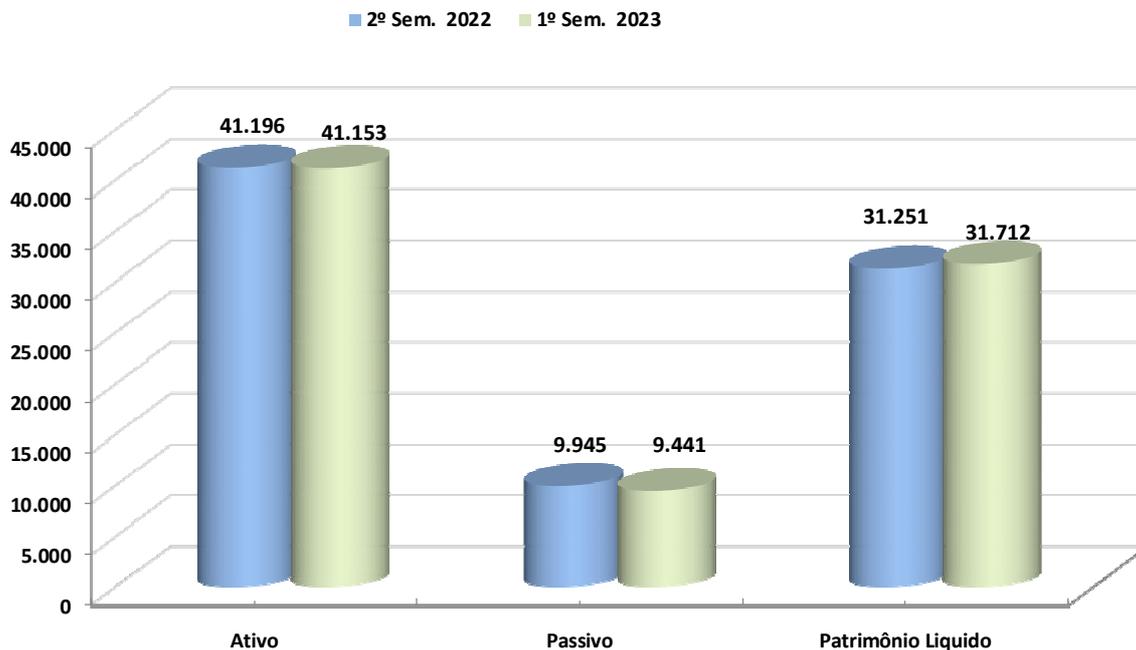


Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 41.153 (milhões). Os seus principais componentes são a carteira ativa de operação de crédito com um montante de R\$ 20.013 (milhões) sem as provisões, correspondente a 49%. Aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 17.235 (milhões) equivalente a 42% e 9% sendo de outros ativos (outros créditos, vendas de ativos não financeiros, imobilizado).

O Passivo Circulante somou R\$ 2.137 (milhões), sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o Passivo Não Circulante R\$ 7.304 (milhões) referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 31.712 (milhões), distribuídos em R\$ 51.471 (milhões) de Capital Social subscrito, R\$ 51.301 (milhões) Capital Social integralizado, R\$ 170 (mil) capital a realizar, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 19.742 (milhões) de prejuízo acumulado, desde o exercício 2011.

Balço Patrimonial (R\$ Mil)



4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação da DIREX continua voltada para o resultado da instituição, mas sem perder o foco na pulverização do crédito, recuperação de inadimplência e na busca de recursos para alavancar as receitas.

5 - RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio e a confiança do Acionista Majoritário, demais acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Funcionários, coautores desse importante processo de modernização institucional em curso na Agência de Fomento.

Palmas - TO, 12 de setembro de 2023.

✓ **Demonstrações financeiras e notas
explicativas do 1º Semestre 2023**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Balancos Patrimoniais

Findos em 30 de junho 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2023	31/12/2022	PASSIVO	Notas	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		18.484	21.678	CIRCULANTE		2.137	2.117
DISPONIBILIDADES	4	69	-	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	1.473	1.546
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	6.010	10.672	FUNGETUR		1.473	1.546
Títulos de Renda Fixa - LFT		-	3.408	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	664	571
Cotas de Fundos de Investimento		6.010	7.264	Cobrança e Arrecadação		3	3
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	8.831	7.582	Fiscais e Previdenciárias		196	194
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		10.600	9.650	Diversas		465	374
(-) Provisão para Operações de Crédito		(1.769)	(2.068)	NÃO CIRCULANTE		7.304	7.828
OUTROS CRÉDITOS	7	3.290	3.129	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	7.304	7.828
OUTROS VALORES E BENS	8	284	295	FUNGETUR		7.304	7.828
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda		223	223	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.712	31.251
Outros Valores		61	72	CAPITAL SOCIAL	13.a	51.301	51.301
NÃO CIRCULANTE		22.669	19.518	De Domiciliados no País		51.471	51.471
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		22.407	19.234	(-) Capital a Realizar		(170)	(170)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	11.225	10.540	RESERVAS DE LUCROS	13.b	153	153
Títulos de Renda Fixa - LFT		11.225	10.540	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		(19.742)	(20.203)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	11.182	8.694				
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		11.182	8.694				
INVESTIMENTOS		1	1				
IMOBILIZADO	9	261	281				
Imobilizações de Uso		1.733	1.708				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.472)	(1.427)				
INTANGÍVEL		-	2				
Ativos Intangíveis		43	51				
(-) Amortizações Acumuladas		(43)	(49)				
TOTAL DO ATIVO		41.153	41.196	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.153	41.196

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.
CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações de Resultados
Semestres findos em 30 de junho 2023 e 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
		1º Semestre	1º Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14	3.249	2.178
Operações de Crédito		2.030	1.483
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.219	695
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	(446)	(898)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(475)	(719)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		313	108
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(284)	(287)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.803	1.280
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.275)	(2.232)
Despesas com Pessoal e Honorários	16	(1.560)	(1.336)
Outras Despesas Administrativas	17	(1.040)	(933)
Despesas Tributárias		(213)	(131)
Outras Despesas Operacionais		(63)	(90)
(+) Receitas de Prestação de Serviços		542	232
(+) Outras Receitas Operacionais		59	26
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		528	(952)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(67)	-
Provisão para Imposto de Renda		(33)	-
Provisão para Contribuição Social		(34)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		461	(952)
Nº de ações do capital social realizado		6.000.000	6.000.000
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		0,0768	(0,1587)
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		5,2853	3,5175

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.
CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações de Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho 2023 e 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
	<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
RESULTADO LÍQUIDO	<u>461</u>	<u>(952)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>461</u>	<u>(952)</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho 2023 e 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros · Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		41.300	153	(19.397)	22.056
Integralização de Capital		1			1
Resultado do Período	13.b			(952)	(952)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	13.a	41.301	153	(20.349)	21.105
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1	-	(952)	(951)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		51.301	153	(20.203)	31.251
Resultado do Período	13.b			461	461
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023	13.a	51.301	153	(19.742)	31.712
MUTAÇÕES DO PERÍODO		-	-	461	461

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho 2023 e 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
		1º Semestre	1º Semestre
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) Líquido do Período		461	(952)
Ajustes do resultado líquido do exercício:			
Depreciação e Amortização		52	60
Provisão para Operações de Crédito		475	803
Baixa de Imobilizado		1	-
Lucro (prejuízo) do período ajustado		989	(89)
Variação nas contas ativas e passivas			
Ativas		(5.048)	(504)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		(685)	(1.107)
Redução (aumento) das Operações de Crédito		(4.213)	7
Redução (aumento) dos Outros Créditos		(161)	(1.505)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		11	2.101
Passivas		(505)	9.033
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		(597)	(388)
Aumento (redução) Outras Obrigações		92	9.421
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(4.564)	8.440
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações no Imobilizado	9	(29)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(29)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de Capital		-	1
Caixa gerado nas atividades de financiamentos		-	1
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		(4.593)	8.441
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4 / 5	10.672	8.624
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4 / 5	6.079	17.065
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		(4.593)	8.441

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.** (“**FOMENTO TOCANTINS**”), pessoa jurídica de direito privado, é uma sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, integrante da administração pública indireta do estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. A **FOMENTO TOCANTINS** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil – Bacen, e sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei nº 4.595/1964, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

A **FOMENTO TOCANTINS** tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do estado do Tocantins, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios e/ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis expostas a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, foram observados nas demonstrações financeiras da Agência os seguintes pronunciamentos aprovados pelo referido regulador e o Conselho Monetário Nacional – CMN, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor

Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados e Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional e do Bacen, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva e trará efeitos às demonstrações financeiras dessa Companhia. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão

A autorização para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Agência, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023, foi dada pela diretoria executiva em 25 de julho de 2023.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de títulos e valores mobiliários considerados como equivalentes de caixa, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de aplicação em fundo de investimentos são destinados a negociação imediata e as LFT – Letra Financeira do Tesouro são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Bacen quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, por meio da Resolução nº 2.682/1999.

d) Instrumentos Financeiros

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Ativo Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo Bacen e divulgadas a seguir:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança; e
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

f) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e não circulante, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Agência adota a sistemática de apuração do imposto de renda pelo lucro real utilizando alíquota, prevista na legislação tributária, de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

h) Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715/2012 as agências de fomento, opcionalmente, passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Desenvolvimento.

i) Passivos Contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da assessoria jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como **perda provável**, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado de forma confiável, para os processos classificados como de **perda possível** onde não requer a provisão, é realizada a divulgação em notas explicativas e para processos classificados com **perda remota** não são efetuadas provisões ou divulgações.

j) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem, independente do recebimento ou pagamento, respectivamente, e em consonância com o disposto no COSIF e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas as instituições financeiras.

4. Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estava assim composto:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	31/12/2022
Contas Correntes - Banco do Brasil	69	-
Títulos e Valores Mobiliários - Circulante (nota explicativa nº 5)	6.010	10.672
TOTAL	6.079	10.672

5. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

(Em milhares de reais)		30/06/2023		31/12/2022	
Categoria	Prazos	Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
LFT - Vinculado ao Banco Central	01/03/2023	-	70	3.408	589
Fundo Invest. Renda Fixa	Sem vencimento	6.010	462	7.264	997
Total Circulante		6.010	532	10.672	1.586
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2024	11.225	687	10.540	476
Total Não Circulante		11.225	687	10.540	476
TOTAL		17.235	1.219	21.212	2.062

A aplicação de R\$ 6.010 mil se refere a cotas de fundos de investimento de renda fixa, aplicados nos Fundos BB RF Simples Solidez Diferenciado FIC FI e BB RF Simples Solidez Pleno FIC, com uma rentabilidade no semestre de aproximadamente 6,09%, ou seja, cerca de 85,71% do CDI.

O valor de R\$ 11.225 mil registrado em Letras Financeiras do Tesouro corresponde a 835 títulos com vencimento em 01 de setembro de 2024. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Agência não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme Resolução nº 2.682/1999 do Bacen.

As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta “rendas a apropriar”, calculadas *pro rata die*. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por Atividade Econômica

(em milhares de reais)	30/06/2023			31/12/2022		
Setor Privado	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	3.727	4.045	7.772	3.009	3.136	6.145
Microcrédito	5.234	3.134	8.368	5.192	2.883	8.075
Turismo	1.566	3.949	5.515	1.384	2.611	3.995
Indústria	73	54	127	65	64	129
TOTAL	10.600	11.182	21.782	9.650	8.694	18.344

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

(em milhares de reais)

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2023		31/12/2022	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	3.265	15%	2.036	11%
A	Até 14 dias	7.815	36%	7.353	40%
B	15 e 30 dias	4.913	23%	3.656	20%
C	31 e 60 dias	2.562	12%	1.616	9%
D	61 e 90 dias	639	3%	771	4%
E	91 e 120 dias	1.069	5%	1.091	6%
F	121 e 150 dias	431	2%	347	2%
G	151 e 180 dias	283	1%	354	2%
H	Acima de 180 dias	805	4%	1.120	6%
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		21.782	100	18.344	100

c) Composição vencidas e vencidas

(em milhares de reais)

Classificação - Nível de Risco	30/06/2023			31/12/2022		
	Vincendas	Vencidas	Total	Vincendas	Vencidas	Total
AA	3.265	-	3.265	2.036	-	2.036
A	7.815	-	7.815	7.353	-	7.353
B	3.597	1.316	4.913	2.714	942	3.656
C	731	1.831	2.562	422	1.194	1.616
D	126	513	639	173	598	771
E	699	370	1.069	46	1.045	1.091
F	-	431	431	23	324	347
G	52	231	283	75	279	354
H	61	744	805	114	1.006	1.120
TOTAL	16.346	5.436	21.782	12.956	5.388	18.344

d) Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

(em milhares de reais)

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2023		31/12/2022	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	0	3.265	-	2.036	-
A	0,5	7.815	39	7.353	37
B	1	4.913	49	3.656	37
C	3	2.562	78	1.616	48
D	10	639	64	771	77
E	30	1.069	321	1.091	327
F	50	431	215	347	174
G	70	283	198	354	248
H	100	805	805	1.120	1.120
TOTAL		21.782	1.769	18.344	2.068

e) Movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

(em milhares de reais)

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo no Início do Período	2.068	2.317
Constituição da Provisão	864	1.401
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(774)	(1.160)
(-) Reversão de Provisão	(389)	(490)
TOTAL	1.769	2.068

f) Créditos Renegociados

(em milhares de reais)	30/06/2023	31/12/2022
Renegociação	1.700	1.293

g) Recuperação de crédito baixado como prejuízo

(em milhares de reais)	30/06/2023	31/03/2023
Saldo no Início do Período	3.834	2.863
Créditos Baixados como Prejuízo	774	1.160
(-) Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	(313)	(257)
(+ ou -) Descontos	151	68
Saldo no Fim do Período	4.446	3.834

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Agência aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões de crédito de liquidação duvidosa, tendo como origem ativos financeiros não recebidos.

(Em milhares de reais)	30/06/2023	31/12/2022
Rendas a Receber	280	44
Diversos (a)	3.053	3.128
(-) Provisões Outros Créditos (b)	(43)	(43)
TOTAL	3.290	3.129

(a) Do total de R\$ 3.053 mil (R\$ 3.128 mil, em 31 de dezembro de 2022), R\$ 2.957 mil (R\$ 3.118 mil, em 31 de dezembro de 2022), correspondem aos valores a receber da venda de ativos não financeiros, mais especificamente imóveis.

(b) Se refere a provisão de prováveis perdas constituída sobre recebíveis das vendas de ativos não financeiros.

8. Outros Valores e Bens

O subgrupo de outros valores e bens estava assim composto:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	31/12/2022
Material de Consumo em Estoque	58	67
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda - Outros Imóveis (a)	223	223
Despesas Antecipadas - Prêmio de Seguro	3	5
TOTAL	284	295

(Em milhares de reais)		30/06/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos p/ venda			
(a)	Lote urbano - Av. Dudu Biléo, Lote 04 - Paraíso do Tocantins-TO	223	223
TOTAL		223	223

(a) Um lote urbano localizado na Quadra Comercial 05, Parque Industrial Nova Esperança, na Cidade de Paraíso Tocantins – TO, com área de 1.200 m², recebidos a título de doação de pagamento de dívida.

9. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	Adições	Baixas	31/12/2022
Imobilizado				
Imobilizado Uso				
Instalações	350	-	-	350
Móveis e Equipamentos	1.174	29	(4)	1.149
Veículos	209	-	-	209
Subtotal	1.733	29	(4)	1.708
(-) Instalações	(277)	(18)	-	(259)
(-) Móveis e Equipamentos	(986)	(31)	4	(959)
(-) Veículos	(209)	-	-	(209)
Subtotal	(1.472)	(49)	4	(1.427)
TOTAL	261	(20)	-	281

Os bens do imobilizado são analisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, utilizando indicadores internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, e com base em eventos ou alterações significativas, que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em 30 de junho de 2023, a Agência entende que as premissas conhecidas não apontaram a necessidade de ajuste contábil de *impairment*.

10. Obrigações para Repasse no País – Instituições Oficiais

A Agência firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 mil (contrato nº 001/2019, Processos nºs 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51), como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, *pro rata die*, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, *pro rata die*, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência.

(Em milhares de reais)

FUNGETUR	30/06/2023	31/12/2022
Curto Prazo	1.473	1.546
Longo Prazo	7.304	7.828
TOTAL	8.777	9.374

O montante contratual foi disponibilizado nos dias 09 de abril de 2020 (R\$ 5.317 mil) e 21 de setembro 2020 (R\$ 5.317 mil), e ocorreram negociações de financiamentos junto a mutuários, e que até 30 de junho de 2023, somaram cerca de R\$ 5.103 mil, conforme quadro a seguir:

(Em milhares de reais)

Recurso - FUNGETUR	30/06/2023			31/12/2022		
	Até 360	Acima de 360	Total	Até 360	Acima de 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	153	793	946	146	262	408
Fungetur Capital de Giro	1.252	2.589	3.841	1.159	1.360	2.519
Fungetur Obras Civas	4	312	316	78	989	1.067
TOTAL	1.409	3.694	5.103	1.383	2.611	3.994

11. Outras Obrigações

Composta por tributos, encargos trabalhistas, obrigações trabalhistas, obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações:

(Em milhares de reais)

	30/06/2023	31/12/2022
COBRANÇA ARRECADAÇÃO TRIBUTOS ASSEM		
IOF - Op. Crédito	3	3
Subtotal	3	3
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS		
Imp.e Contrib. s/ Serviços Terceiros	10	10
Imp. e Contrib. s/ Salários	144	154
Outros Imp. e Contribuições	42	30
Subtotal	196	194
DIVERSAS		
Prov. Despesas Pessoal	225	173
Prov. Outras Despesas Administrativas	93	88
Prov. Passivos Contingentes	58	58
Credores Diversos-País	89	55
Subtotal	465	374
TOTAL	664	571

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos.

12. Contingências Passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com o Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões passivas, em 30 de junho de 2023, se apresentam conforme quadro a seguir:

(em milhares de reais)

Contingência Passiva	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
			30/06/2023	31/12/2022
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	22/09/2017	PROVÁVEL	39	39
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	07/07/2017	PROVÁVEL	17	17
Contingência Civil Passiva (busca e apreensão)	22/02/2021	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	2	2
TOTAL			58	58

As contingências passivas, em 30 de junho de 2023, com probabilidade possível, ou seja, que podem ou não causar desembolso futuro, são:

Contingências Passivas	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
			30/06/2023	31/12/2022
Contingência Civil Passiva (Agravos de Instrumento)	14/04/2021	Possível	70	70
Contingência Civil Passiva (Embargos à Execução)	27/04/2022	Possível	43	43
Contingência Civil Passiva (Mandato de Segurança)	16/08/2018	Possível	-	1
TOTAL			113	114

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2023 é de R\$ 51.471 mil e integralizado é de R\$ 51.301 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Agência apresentava a seguinte composição:

(Em reais)

ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	51.162.189	51.162.189	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	51.471	29.841	21.630
FIETO	O.N.	0,1	6.000	51.471	28.533	22.938
FAET	O.N.	0,1	6.000	51.471	28.131	23.340
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	51.471	29.841	21.630
FACIET	O.N.	0,1	6.000	51.471	12.701	38.770
SICON	O.N.	0,1	6.000	51.471	9.683	41.788
TOTAL		100	6.000.000	51.471.015	51.300.919	170.096

b) Prejuízos Acumulados

Em 30 de junho de 2023 a Agência apresentava o seguinte prejuízo acumulado de períodos anteriores:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	31/12/2022
RESULTADO ACUMULADO		
Resultado de Exercícios Anteriores	(20.203)	(19.397)
Resultado do Período	461	(806)
TOTAL	(19.742)	(20.203)

A Agência vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, conseqüentemente diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social, de forma a atender os indicadores e índices exigidos das instituições financeiras, pelos normativos do Bacen e do CMN.

14. Receita de Intermediação Financeira

A Agência obteve receitas operacionais de intermediação financeira, conforme quadro a seguir:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	30/06/2022
Operações de Crédito	2.030	1.483
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.219	695
TOTAL	3.249	2.178

Essas receitas apresentavam a seguinte composição:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	30/06/2022
RENDAS OPERACOES CRÉDITO	2.030	1.483
Rendas de Empréstimos	1.817	1.294
Rendas de Financiamentos	213	189
RENDAS TIT. VAL. MOBILIÁRIOS	1.219	695
Rendas de Títulos de Renda Fixa	757	290
Rendas de Aplicações de Fundos	462	405
TOTAL	3.249	2.178

15. Despesas de Intermediação Financeira

As despesas com intermediação financeira foram:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	30/06/2022
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(864)	(857)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	389	138
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	313	108
(-) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(284)	(287)
TOTAL	(446)	(898)

16. Despesas de Pessoal e Honorários

Composto por honorários ao conselho fiscal, conselho de administração, ajuda de custo, vale transporte, encargos previdenciários (FGTS e INSS), remuneração dos colaboradores e treinamentos, como segue:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Honorários	171	143
Despesas Pessoal - Benefícios	374	288
Despesas Pessoal - Encargos	269	248
Desp. Pessoal - Proventos	740	654
Despesas Pessoal - Treinamento	-	2
Despesas com Remuneração - Estagiários	6	1
TOTAL	1.560	1.336

17. Outras Despesas Administrativas

Esse subgrupo apresentava a seguinte composição:

(Em milhares de reais)	30/06/2023	30/06/2022
Despesas Agua, Energia Gas	43	40
Despesas Aluguéis	98	81
Despesas Comunicações	28	31
Desp. Manut. Conserv. Bens	98	73
Despesas Material	13	12
Despesas Processamento Dados	411	366
Despesas Promoções Relações Pública	1	-
Despesas Publicações	32	81
Despesas Seguro	5	4
Despesas Servicos Sist. Financeiro	100	74
Despesas Serv. Vigilancia Segurança	4	4
Desp. Serv. Tecnicos Especializados	10	8
Despesas Transportes	35	36
Despesas Viagens No Pais	41	16
Despesas de Amortização	2	3
Despesas de Depreciação	50	56
Outras Despesas Administrativas	69	48
TOTAL	1.040	933

18. Patrimônio de Referência (Acordo de Basileia)

Em 30 de junho de 2023, o Patrimônio de Referência Exigido mais Risco de Mercado para a Agência, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 4.220 mil (em 2022, R\$ 3.994 mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 15.594 mil (em 2022, R\$ 15.342 mil), o que propicia intensificar a atuação da Agência como indutora do desenvolvimento no estado.

19. Seguros dos Principais Ativos

A Agência delimita os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a

orientação de seus consultores de seguros. Os seguros mantidos pela companhia estavam assim compostos:

Apólice	Seguradora	Tipo	Contratação	Vigência
1101000069218	Mapfre Seguros	Seguro Predial	31/10/2022	12 meses
0531103255358	Porto Seguro	Seguro Veículos	03/02/2023	12 meses
0531103114622	Porto Seguro	Seguro Veículo	28/06/2023	12 meses

20. Transações com Partes Relacionadas

A Agência tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e não realizou, no semestre findo em 30 de junho de 2023, transações com partes relacionadas.

21. Recursos Humanos

O quadro atual de pessoal é composto por 47 funcionários, sendo 29 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, e 18 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

22. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei Estadual nº 3.665/2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 30 de junho de 2023, há um saldo registrado em contas de compensação da Agência, no valor de R\$ 25.033 mil (no 1º trimestre de 2023, R\$ 25.039 mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0,50% e 0,60% a.m. sobre a carteira ativa dos créditos liberados e 0,30% a.m. sobre os créditos baixados como prejuízo.

23. Gerenciamento de Risco

A Agência adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados a seguir os principais riscos relacionados às atividades da Agência, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

23.1. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os indicadores de liquidez da Agência, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

23.2. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

23.3. Risco de Mercado

A Agência controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

23.4. Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela coordenadoria de risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e, também, minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

23.5. Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a política de gerenciamento de capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência, bem como, sua estrutura, em conformidade com a resolução do CMN e normas complementares.

A Agência mantém margem de PR em linha com o estabelecido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para a cobertura do Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) e o adicional de Capital Principal mínimo requerido para RWA (ACP).

DESCRIÇÃO	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023
Patrimônio de Referência (PR)	31.371.947	31.474.411	31.556.679	31.534.860	31.573.905	31.711.669
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	47.607.831	47.576.761	47.643.871	47.491.908	47.557.099	47.541.942
RWAcpad	41.219.186	41.188.116	41.255.226	41.103.263	41.168.453	41.153.297
RWAopad	6.388.646	6.388.646	6.388.646	6.388.646	6.388.646	6.388.646
Sobre o PR considerando o Rban	26.184.105	26.290.867	26.357.376	26.350.632	26.377.811	26.511.517
Índice de Basileia = (PR / RWA) *100	65,90%	66,16%	66,23%	66,40%	66,39%	66,70%

Índice de Basileia = PR / RWA

Na fórmula, PR se refere ao patrimônio de referência e RWA aos ativos ponderados pelo risco. O patrimônio de referência, por sua vez, é formado pelo capital principal da instituição e pelo capital complementar. Quanto maior o índice de Basileia, mais sólida é a instituição, ou seja, há menores riscos de ela enfrentar problemas e vir à falência.

Patrimônio de Referência (PR): O seu cálculo é determinado por metodologia do Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 3.444/2007). Esta resolução determina que ao valor do patrimônio líquido de cada instituição financeira sejam somados alguns itens (provisão, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital de dívidas) e subtraídos outros (reservas, créditos tributários, ativos diferidos, entre outros), que resultarão no valor do PR.

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA): consiste em uma metodologia utilizada pelas instituições financeiras para calcular, de forma ponderada, a exposição de risco de seus ativos. O RWA determina o Índice de Adequação de Capital e o capital necessário a essa organização.

RWAcpad: exprime as possibilidades de risco de crédito

RWAopad: expressa o risco operacional

Rban: é a parcela de exposição ao risco das operações classificadas na carteira de não-negociação (*banking book*), através do cálculo estabelecido pelo sistema Integral Trust que utiliza a metodologia delta NII.

Índice de Basileia: é um indicador internacional que possui a finalidade de analisar a saúde financeira de uma instituição financeira. Há grosso modo, ele mede o quanto o banco tem de patrimônio em relação ao seu volume de empréstimos.

23.6. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência e/ou que afetam suas operações.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da instituição.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Agência, mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

Palmas, 25 de julho de 2023.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora-Presidente

JARDEL CRYSTIANO NUNES RIBEIRO
Diretor Administrativo e Financeiro

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria da

AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

Palmas - Tocantins

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. (“FOMENTO TOCANTINS”)**, que compreendem o balanço patrimonial, em **30 de junho de 2023**, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FOMENTO TOCANTINS**, em **30 de junho de 2023**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **FOMENTO TOCANTINS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

(a) Prejuízos Acumulados

Chamamos à atenção para o fato da **FOMENTO TOCANTINS**, em 30 de junho de 2023, conforme nota explicativa nº 13.b, apresentar prejuízos acumulados dos últimos exercícios sociais, fato esse que tem diminuído o patrimônio líquido e feito surgir a necessidade de aportes e integralização de capital social para manutenção das operações, por parte do seu acionista majoritário, o Governo do Estado do Tocantins. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **FOMENTO TOCANTINS** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FOMENTO TOCANTINS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FOMENTO TOCANTINS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **FOMENTO TOCANTINS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **FOMENTO TOCANTINS**.
- (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **FOMENTO TOCANTINS** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, **08 de agosto de 2023**.

CONVICTA
Audidores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 22 de setembro de 2023, cumprindo o que determina a Lei 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2023, findo em 30/06/2023, apreciou o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, o parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do semestre. Assim sendo, à vista dos documentos apresentados e considerando a manifestação contida no Parecer da CONVICTA AUDITORES S/S, o Conselho Fiscal entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 22 de setembro de 2023.

Bruno Barreto Cesarino
Presidente do Conselho

José Pedro Dias Leite
Membro

Sebastião Pereira Neuzin Neto
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 09 de outubro de 2023, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2023, findo em 30/06/2023, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CONVICTA AUDITORES S/S, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 09 de outubro de 2023.”

ENCERRAMENTO: Assim sendo, não tendo nada mais a tratar, a senhora Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrei esta Ata, que vai assinada pelos presentes. Palmas – TO, 09 de outubro de 2023.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Presidente

CLERSON DALVANI REIS
Vice-Presidente

ANDERSON LUIZ JUSTINO MARTINS
Membro

EDSON CABRAL DE OLIVEIRA
Membro

DONIZETH APARECIDO SILVA
Membro